

CPI - VENDA DE ANIMAIS

17.10.2019

CPI - VENDA DE ANIMAIS

17.10.2019

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Boa tarde a todos. Havendo número regimental declaro aberta a nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – Venda de Animais, criada pelo ato número 30 de 2019 com a finalidade de apurar irregularidades na venda de animais por canis, pet shops e demais estabelecimentos clandestinos, inclusive por meio eletrônico no Estado. Registro a presença dos nobres deputados: Delegado Bruno Lima, deputado José Américo, deputado Caio França, deputada Monica da Bancada Ativista e deputada Adriana Borgo.

Solicito ao secretário a leitura da Ata da última reunião.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com a palavra, Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Fica então considerada aprovada a Ata da reunião anterior desta CPI.

Hoje nós temos oitivas e também documentos para que tenhamos ciência. Para ciência dos membros da CPI; item número 1 – documento externo, denúncia de maus-tratos no município de Caraguatatuba; item número 2 – documento externo, solicitação de informações sobre a diligência desta CPI a estabelecimento e criadores de animais em São Bernardo do Campo, foi solicitado à Procuradoria da Casa; item número 3 – documento – foi encaminhado para lá. Item número 3 – documento externo, informe sobre as políticas comerciais dos padrões da comunidade do Facebook em resposta ao nosso convite, nós recebemos aqui algumas informações e antes de a gente passar para as oitivas, eu gostaria de ler o documento, ele não é tão longo assim, e ele é acredito que de interesse de todos para a CPI.

“Excelentíssimo Sr. Deputado Bruno Ganem, presidente da CPI”, é referente ao ofício número 34, “faço referência ao ofício datado de 3 outubro 2019.” Bom, aqui tem

eu vou direto às informações, aqui eles passam informações a respeito da política do Facebook, esclarece que “a V. Exa. e aos membros da CPI as políticas dos serviços do Facebook sobre venda de animais, que constam tanto dos padrões da comunidade quanto das políticas comerciais do Facebook, os padrões da comunidade Facebook são as regras de convivência do que se permite ou não no serviço Facebook, e sua íntegra pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico”.

Lembrando que esse documento está à disposição da CPI. Aqui tem um link. “De acordo com o item 5, produtos controlados, a parte I, comportamento violento ou criminoso dos padrões da comunidade do Facebook, não é permitido conteúdo que tente realizar a venda de animais vivos entre indivíduos privados, conteúdo que coordene ou apoie a caça furtiva ou a venda de espécies ameaçadas e suas partes. As políticas comerciais do Facebook são as regras sobre os tipos de produtos e serviços que podem ser oferecidos para a venda no Facebook e no Instagram e sua íntegra pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico”, tem aqui o link também.

“De acordo com as políticas comerciais do Facebook, os classificados não devem promover a compra ou venda de animais, por exemplo, não são permitidos qualquer produto ou parte incluindo sem limitações couro, peles, algodão ou pele de cachorros, gatos, animais ameaçados; item 2 – animais ameaçados vivos; item 3 – pecuária; item 4 – animais de estimação; item 5 – partes de animais proibidas, como, sem limitações, ossos, dentes, marfim, taxidermia, órgãos, membros externos, secreções ou carcaças.

“Como parte do seu dia a dia de trabalho, o Facebook remove tudo aquilo que viola seus padrões de comunidade quando toma conhecimento da violação. Para identificar conteúdo abusivo o Facebook combina pesado investimento em tecnologia com equipes de pessoas altamente especializadas, que trabalham tanto na revisão de conteúdo identificado por sistemas automatizados quanto na revisão de denúncias feitas por usuários do serviço Facebook, por meio de ferramentas e denúncias disponíveis na própria plataforma. Qualquer usuário do serviço Facebook pode denunciar conteúdo que considere não ser permitido. A denúncia pode ser feita por meio do link, obter apoio ou fazer denúncia que aparece ao lado do próprio conteúdo. Quando se clica nos três pontos localizados no canto superior direito da publicação.

“Anúncios e classificados também podem ser denunciados pelos usuários clicando-se respectivamente nos links: denunciar este anúncio e denunciar este classificado. Uma vez feita a denúncia esta é direcionada a uma equipe especializada que fará a revisão do conteúdo denunciado, e se esse não for permitido fará a sua remoção.

Hoje existem mais de 30 mil pessoas trabalhando na frente de segurança do Facebook, pessoas espalhadas pelo mundo todo para garantir que haja atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana. São revisores que falam as mais diversas línguas, incluindo o português.

“Sem mais para o momento, receba meus votos de estima e consideração.” É assinado pelo Conrado Leister, do Facebook Brasil, ele que é presidente do Facebook Brasil.

Bom, agora passaremos à fase de oitivas, lembrando que hoje nós não teremos deliberações, teremos exclusivamente oitivas. E para que a gente possa dar continuidade a uma coisa que a gente tem feito em comum acordo dos membros da CPI, eu gostaria de sempre colocar isso para que haja um consenso. Nós abriremos, se todos os Srs. Deputados estiverem de acordo, nós abriremos dez minutos para que cada convidado possa fazer a sua apresentação e aí as perguntas. Que a gente tenta limitar em dez minutos, mas, evidentemente, acho que nenhum deputado vai ficar sem fazer perguntas. Todos os deputados estão de acordo com essa regra? Legal, é um consenso nosso aqui, isso não é regimental nada, mas para que a gente possa caminhar da melhor maneira possível.

Vamos lá, agora eu gostaria de chamar aqui a senhora Mônica Grimaldi, ela que é presidente da Associação Cão-Guia de Cego, seja bem-vinda.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Boa tarde a todos. Obrigada, Sr. Deputado, obrigada, Srs. Deputados, pela oportunidade de expor. Eu fiz uma apresentação audiovisual, eu vou pedir para que seja colocada, porque assim fica mais fácil. Eu gostaria de colocar que eu sou advogada especialista em legislação de animais, de direito animal. O senhor já me conhece, inclusive nós já trabalhamos juntos no ano passado em defesa de animais. Eu trouxe até para o senhor lembrar que nós fizemos um abaixo-assinado pedindo.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - A Parada Animal em Campinas.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - A Parada Animal contra a crueldade. Hoje eu sou advogada da Confederação Brasileira de Cinofilia. O que é a Confederação de Cinofilia – CBKC? É o maior órgão do sistema, é coligado a FCI, nós temos inclusive reconhecimento internacional. Pode passar.

Essa foto é de um terrier brasileiro, a raça que eu crio, aliás eu criei terrier brasileiro há mais de 30 anos, sou uma das oito linhas de sangue responsáveis pelo reconhecimento internacional. É o meu canil, esse cão foi doado e foi um dos primeiros cães pet-terapeutas. Minha mãe trouxe a primeira escola de cão-guia, a Associação Cão-Guia de Cego e nós fornecemos gratuitamente vários cães terapeutas e cães-guia para deficientes visuais, para isso eu faço algum trabalho de treinamento em forças militares onde há canil. Eu já dei aula em Exército, em Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar.

A princípio, o criador de cão tem de amar o cão. Existem maus criadores? Existem, existem maus e bons em qualquer classe, então quero colocar que o criador de cão, a princípio, tem que estudar muito, ele tem que saber o que ele está fazendo, ele tem que saber o histórico e a origem da raça e, primeiramente, ele tem que amar, o bem-estar animal tem que estar diretamente ligado, eu sou uma das pessoas que mais trabalha, como os criadores éticos: nós trabalhamos o que? Nós trabalhamos o bem-estar animal, é sine qua non tratar bem os nossos animais. Inclusive, quando você trabalha com cão terapeuta, que visita asilos, que visita hospitais e visita crianças com câncer, quando você trabalha com cão-guia de cego, a primeira coisa é o animal gostar do que ele faz, são estudados, são avaliados e escolhidos, e para ele é um prazer o trabalho que ele desempenha.

E uma outra coisa, nós também, quando entregamos um cão-guia, nós fazemos o teste para o deficiente visual. Se o deficiente visual não gostar do animal ele não pode ter, é uma das principais observações. Sem essa regra, se você não gostar você não pode ter aquele animal como seu colega, como seus olhos. Então a primeira coisa é essa. Pode passar.

Hoje, o criador de cães – nós temos criadores de cães que são artesanais, são hobbistas, eles ocasionalmente vendem; nós temos criadores de cães que são comerciantes, às vezes eles se dedicam a uma ou mais raças, e nós temos também o criador que é o estudioso que ele é o aprimorador de raças. Senhores, eu tenho coisas aqui que me assustam, realmente, de vários lados. Então eu acho que não é proibir o caminho, eu tenho ido para o Brasil inteiro, inclusive, batendo nessa mesma tecla: não é proibir. Alguns anos atrás se quis proibir o pitbull e o rottweiler, eu não sei se os senhores lembram, alguns são muito jovens, não vão lembrar, mas vão poder olhar na internet. Quando quiseram proibir o pitbull e o rottweiler, houve um trabalho intenso dos clubes de criação – no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo – e eu advoguei para todos esses clubes. No Rio de Janeiro foi pior, existiam cães pitbull em comunidades carentes e houve também muito abandono na proibição.

Nós ficamos recolhendo esses animais, reencaminhando, resgatando, porque, a partir do momento que proibiu, o que eles fizeram? Abandonaram. Então você, quando proíbe, o que você faz? Você incentiva o tráfico. Você vai aumentar o valor do animal para um traficante de animal, porque ele não vai parar; nós vamos dar abertura à ilegalidade e vamos punir os bons, aqueles que fazem um trabalho sério. Aí eu falo sobre a legislação. Eu passei uma pasta para todos os deputados, porque senão eu vou ficar vomitando legislação e eu acho que o nosso tempo é curto. Estou aberta também a perguntas e respostas.

No que nós estamos amparados? Nós estamos amparados na Constituição; o direito de propriedade, o direito de escolha do cidadão, o livre comércio. Milhões de empregos, nós temos dois milhões de empregos que, se houver proibição, correm riscos. É um mercado crescente. Nós temos o mercado pet, que emprega dois milhões de empregos diretos e indiretos. Então nós temos que ter muita cautela com o bem-estar, animal, mas também com o mercado que trabalha; nós temos tosadores, adestradores, nós temos lojistas, nós temos passeadores, todos que estão diretamente ligados ao mercado pet. Então eu acho que nós temos que ter bastante bom senso em uma hora, nesta hora.

A primeira vez que eu conversei com o deputado Bruno Ganem faz mais ou menos um ano, nós nos encontramos no Shopping Ibirapuera, ele e a equipe dele, a candidata a deputada federal, Juliana Cardoso, que o apoiava – não é deputado? – e a nossa conversa foi sobre políticas públicas, porque o problema maior não é o criador que faz, mas sim pautas de políticas públicas de controle de natalidade. Eu fui consultora técnica da legislação do cão-guia. Fiquei duas semanas em Brasília para a regulamentação da lei. Não adianta ter uma lei se ela não tiver aplicabilidade, então nós temos que ter boas leis, boa fiscalização, mas, acima de tudo, aplicabilidade. Nós temos que ter a parceria com o poder público. O poder público não é carrasco, ele tem que ser parceiro. A partir do momento em que você tem parceria, você consegue fazer com que trabalhe a coisa, simples assim.

Essa lei é a legislação federal que ampara e que obriga a responsabilidade do Estado sobre o controle de natalidade. Infelizmente existe um controle de natalidade que não existe. As pessoas reproduzem animais com e sem raça, a grande maioria, inclusive, é SRD, e acabam abandonando. Pesquisas apontam que 70% dos cães de rua são SRD, os que são abandonados. Uma outra coisa que acontece com cães de rua: existe um trabalho agora em Tremembé, na penitenciária, onde eles colocam os presidiários treinando cães, cães sem raça definida, cães de rua. A partir do momento em que você treina o animal,

você adestra o animal, você consegue controlar o temperamento, educar o animal, e você facilita o que? Você facilita que ele seja adotado.

Eu me lembro que eu até conversei com o senhor a respeito de políticas públicas, onde nós adestraríamos cães sem raça definida para ser um guia de surdo-mudo, nós temos projetos para isso. Infelizmente até agora nós não conversamos mais, não é, deputado? Não tivemos mais a continuidade de projetos que eu acho que seriam muito interessantes.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Um minuto.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Então é isso. O que eu queria colocar é que criar é preservar e que não adianta marginalizar toda uma raça, toda uma classe, toda uma categoria. Adianta fazer um trabalho sério e trazer soluções, tanto para a população carente quanto para os animais que estão abandonados em rua. Ações de educação, ações de castração, ações legais; e que as medidas legais não sejam punitivas, mas sejam, sim, medidas de fiscalização e de amparo e que façam realmente o melhor para o nosso País. É isso, senhores, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Bom, antes de passar, só lembrando que no nosso Regimento não é válido aí, não é lícito nenhum tipo de manifestação, nem para um lado nem para o outro. A gente, em todas as reuniões nós estamos avisando isso e os senhores poderão acompanhar, que isso é válido para todos.

O que eu queria colocar aqui é que realmente, infelizmente, a distorção das coisas chega a tal ponto, que a Mônica Grimaldi – uma senhora aí que faz parte de um trabalho que a gente sabe que é bastante sério – acaba se envolvendo em uma fake news. Isso é tão nítido, que eu tenho aqui todos os deputados que podem acompanhar essa situação.

Esta CPI nunca falou em proibir a venda de animais, repito: esta CPI nunca falou em proibir a venda de animais. Infelizmente, rede social começa a crescer, começa a surgir uma série de coisas, e no fim das contas a gente poderia ter tido uma apresentação da senhora com todo o seu conhecimento técnico nos auxiliando; aliás, eu gostaria de convidá-la para participar da lei que nós queremos fazer para regulamentar. Essa é a nossa defesa, de cada um dos deputados aqui, dos mais radicais – que eu até poderia me colocar nesse ponto – até os mais brandos. Então era só isso que eu queria colocar.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Eu me coloco à disposição, como sempre.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - E sei que a senhora poderá colaborar bastante, sem dúvidas, sem dúvida alguma. Então essas fake news, pelo amor de Deus, ajudem a espalhar a verdade, e não mentiras. Nós queremos regulamentar e eu tenho conversado com algumas pessoas bastantes sérias que estão dispostas efetivamente a colaborar. Deixo à disposição da senhora todos os registros das últimas reuniões da CPI para que se confirme o que eu acabei de dizer.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Certo. Alguma pergunta?
Deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - São várias questões, inclusive gostaria de fazer algumas perguntas para a Mônica. É agora a hora? Pode, Bruno, agora?

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Claro.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Mas antes de mais nada, eu não estava sabendo da notícia sobre a CPI. Isso não tem nada a ver com a gente. Eu sei que tem alguns protetores de animais, dos quais um setor está abrigado no meu mandato, que é contra a venda e por isso eu não posso dizer que todos os deputados aqui não são contra a venda, porque é o posicionamento do meu mandato.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Mas é a primeira vez que V. Exa. está se manifestando em relação a isso.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Mas isso não é o objetivo, enfim, coletivo, mas a gente tem que ouvir. O nosso objetivo enquanto mandato aqui é entender como funciona a venda e qual é o caminho possível sem criminalizar pessoas, porque a gente também não é a favor da criminalização de pessoas, mas é a favor da defesa da vida. A gente encara que animais não são propriedades e também não são

mercadorias, é um posicionamento que eu quero frisar aqui do meu mandato coletivo neste lugar.

Sobre a venda de cães-guias, eu gostaria muito de entender da criação deles...

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Não existe venda, deputada. São empresas que patrocinam o adestramento.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Quanto custa a criação de um cachorro, um cão-guia? Quais são as raças que servem para esse fim?

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Eu posso falar sobre a CBKC, que tem um centro de cães-guias, que é a Confederação Brasileira de Cinofilia, do Recife, e fornece cães-guias gratuitamente e cães cinoterapeutas gratuitamente, a Associação Cão-Guia de Cegos também. Inclusive eu trabalhei em vários segmentos, como o canil municipal, a GCM de São Caetano do Sul, habilitando 11 guardas para fornecer gratuitamente esses cães. Esses cães são fornecidos por canis parceiros que doam, não vendem, eles doam os animais. O que acontece? Se forem canis municipais ou Polícia Militar, que nós já tivemos... A minha mãe foi pioneira no cão-guia, nós tínhamos parceria com o canil da PM, no Tremembé, há 30 anos atrás – a senhora acho que nem existia, deputada –, nós fornecíamos cães para deficientes visuais através de treinamento com soldados.

Quando não em regime militar, o que que fazem? Tem empresas que patrocinam a bolsa daquele cão, então o deficiente não paga nada. Existem deficientes que querem o cão particularmente? Sim, existem. Então o que fazem esses que querem de forma particular? Eles adquirem um animal ou recebem um animal doado, desde que o animal seja averiguado e que ele passe por determinados testes de habilitação, e aí é financiado com bolsas o trabalho, o treino do cão. O adestrador dele recebe, em média, mil reais por mês.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Mas só para limpar e também deixar a senhora mais calma, de verdade, o nosso posicionamento aqui não é contra pessoas. Na verdade, o nosso papel nesta CPI é tentar entender todos os pontos de vista, como aqui o posicionamento do meu mandato porque é esse, mas eu gostaria mesmo que a senhora me explicasse com mais detalhes, até para eu conhecer qual é a real

condição da criação de cão-guia. Eu gostaria de entender um pouco sobre as raças, toda raça serve? Tem raças específicas? Quanto tempo dura o treinamento?

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Deputada, existem raças que têm um potencial maior. Quando você fala em um cão de raça, você tem previsibilidade de tamanho e de temperamento. Porém, eu acho que todo brasileiro gostaria de ser Neymar, mas não é. Ele tem que ter o pendor. Determinadas raças, como o golden retriever, o labrador retriever – eu morei na Inglaterra, me especializei nisso na Inglaterra –, você faz testes com aquele animal e se ele estiver apto para o treinamento, se ele gostar do que ele faz, aí ele é treinado.

A grande maioria, os primeiros cães-guia de cego foram cães de guerra, na I Guerra Mundial, pastores-alemães. Inclusive foi um capitão que observou que o seu soldado voltou do campo de batalha por seu cão de trabalho, seu cão de guerra. Eu amo cães de guerra, vocês me desculpem, mas adoro cães policiais, qualquer cachorro, na real. Então é assim, a partir do momento em que ele viu que o animal tinha aquele pendor, ele começou a trabalhar pastores-alemães. Depois, pela conformação do pastor-alemão, que hoje é conhecido como um cão de guarda, se optou por uns cães com cara mais fofinha, mais meigo, mas que tivesse o temperamento próprio e equilíbrio próprio para cão-guia. Nós utilizamos hoje, na grande maioria, machos de golden retriever. A grande maioria, mas tem excelentes labradores que foram cães-guia, os primeiros; excelentes pastores-alemães e excelentes labradores retriever, golden retriever e mestiços.

Lá na Inglaterra eles fazem um trabalho de mestiçagem. Eu perguntei por que se trabalhava mestiço de labrador com golden; a Inglaterra é uma ilha, seis meses de quarentena para entrar um cão, como eles iriam abrir linhas de sangue? Como eles não teriam problemas comportamentais? Cruzando uma raça com outra. Outra coisa: todo cão-guia é castrado, todos eles são castrados.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Última pergunta: pela escolha de um tipo específico de cão, isso não estimula a procriação e o cativeiro dessa raça?

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - De forma alguma. Mesmo porque, qual é a vantagem do criador de golden e de labrador se ele doa o animal? É uma questão social, é amor ao próximo. Quando você vai em um asilo, onde os velhinhos foram abandonados

pela própria família, e você leva os cães pequenos – porque normalmente nós usamos pets terapêuticos de raças pequenas ou mestiços pequenos –, o brilho nos olhos e prolongar a vida daquele velhinho é o que importa. Aqui ninguém está falando em lucro. O lucro é ver o sorriso de uma criança que está condenada pelo câncer.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Mais alguma pergunta? Então, antes de passar para as suas considerações finais, eu gostaria de registrar aqui a presença do deputado Vinícius Camarinha, também da Danielle Fogaça e do Rodolfo Oliveira. Bom, passar para as suas considerações finais.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Eu estou à disposição, senhores. O que puder ajudar eu estou às ordens como advogada especialista nessa área e se quiserem tirar mais dúvidas eu também estou às ordens. Eu quero que vocês entendam que criadores sérios existem, que existe uma CBKC, uma Confederação Brasileira de Cinofilia que mantém a preservação de raças, veterinários sérios existem, e que nós estamos trabalhando na mesma causa: proteção e criação, que é o amor, o respeito e o bem-estar animal. É isso que eu quero, eu não quero colocar ninguém como vilão e ninguém como herói. Somos todos irmãos e vamos fazer um Brasil melhor, estamos aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Obrigado.

A SRA. MÔNICA GRIMALDI - Obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Bom, agora convidar aqui o representante das lojas Cobasi, João Urbano Nassar, seja bem-vindo.

Enquanto o João vem, o Regimento não permite nenhum tipo de manifestação, sempre vou reforçar isso, estamos hoje em um clima bastante tranquilo. É o Regimento interno da Casa e tem como característica... Não cabe aqui avaliar o Regimento, ele foi votado, dessa maneira ele deve ser conduzido e ponto final. Agora, qual é o objetivo disso? Dar a garantia para quem está aqui falando para que fale com maior tranquilidade aquilo que bem entender, seja de um lado, seja do outro, este é o objetivo desta regra que está no Regimento interno da Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo, João. O senhor, então, conforme foi determinado aqui, o senhor tem dez minutos para fazer as suas observações e na sequência faremos perguntas.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - O.k. Primeiro agradeço ao deputado Bruno pelo convite. Sou um dos sócio-fundadores da Cobasi há 34 anos e somos um dos precursores desse mercado. Esse convite é muito pertinente para colocar o nosso ponto de vista, o ponto de vista ligado a esse mercado pet, e eventualmente dirimir eventuais dúvidas que possam acontecer aqui por ocasião desta CPI e colaborar para que desse trabalho aqui saia algo muito positivo que regule esse setor.

A Cobasi é uma empresa familiar. Nós começamos na zona oeste de São Paulo, 300 metros quadrados, eu e mais dois irmãos, e era uma loja agrícola. O principal produto era arame farpado, ração para porco, galinha e cavalo. Com a crise, provavelmente o nosso público, que era, naquela época, de profissionais liberais que tinham chácaras e sítios próximos à São Paulo, deixou de consumir com essa... O volume. Nós percebemos que, a partir da necessidade de trazer mais renda para casa, a mulher, é um dos fatores, saiu para trabalhar, e aquele cão que existia ali no quintal, quem iria alimentá-lo? Nós percebemos, em 1988 ou 1990, que as primeiras rações industrializadas começaram a existir e daí surgiu a ideia de nós mudarmos o direcionamento para um novo setor, que já era muito mais desenvolvido fora, mas no Brasil ainda era muito incipiente.

Bom, e a história toda resume-se... Hoje somos quase 90 filiais no Brasil, em muitos estados, já em oito estados, e hoje temos quatro mil colaboradores no nosso quadro e, se Deus quiser, a coisa não para aí. A preocupação nossa com... O deputado falou em proibição, eu acho que essa questão que a Dra. Mônica colocou – muito prazer em conhecê-la – vem do fato de que alguns municípios têm proibido. Um deles é o município de Santos, onde, apesar de eu ter conversado com o Paulo Barbosa, não teve jeito. Falei, “Paulo, nós temos apenas uma filial em Santos.”, e por ocasião disso, quatro colaboradores nós vamos ter que remanejar, porque não faz mais sentido. Nós não somos únicos em Santos, a gente calcula que deve mais ou menos umas 70 lojas e você multiplica isso aí por três ou quatro colaboradores e vê o número de pessoas que vão estar sendo, tendo que ser realocadas em outro setor.

É um mercado que, mundialmente falando, ele é muito promissor. O Brasil ainda carece de um amadurecimento grande, principalmente na parte de regulação, daí a minha vontade de estar aqui pessoalmente para tentar contribuir com isso, lembrando os senhores de que o animal sempre esteve junto do homem, desde os tempos das cavernas, seja por uma questão sentimental ou psicológica. Existe como se fosse uma simbiose, uma necessidade, lá atrás e durante os anos da história, e hoje mais do que nunca em

grandes centros, onde a solidão é uma coisa muito recorrente. A gente assiste depoimentos, até de certa forma marcantes e chocantes, de pessoas que têm um relacionamento muito mais afetivo com o seu animal do que com os seus familiares.

Enfim, a minha preocupação é que isso venha, que uma regulamentação venha causar algum entrave do ponto de vista da liberdade de se poder ter esses animais em casa, e faço uma provocação: se a gente for ir para o lado da preservação – lembrando de um caso inclusive de um amigo meu sobre a reprodução da ararinha-azul, que é muito emblemática no Brasil; ela já estava extinta e foram pegar um casal doado pela Alemanha para reintroduzir ela na serra, lá no oeste da Bahia –, a minha provocação é no sentido de por que nós não regulamos a venda de animais silvestres? Eu acho que essa é uma bandeira que a gente carrega, feita por criadores sérios, a gente evitaria que os traficantes entrassem na mata para pegar esses animais em seu habitat natural.

Então eu acho que é muita coisa para a gente debater, pensar, para que a gente possa nortear esse mercado da melhor forma possível. Eu encerro aqui o meu depoimento e estou aberto a eventuais dúvidas. Muito obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Obrigado. Antes de passar para as perguntas, registrar aqui, cumprimentar a presença do deputado Marcio Nakashima. Temos alguma pergunta?

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Palavra, deputada Adriana Borgia.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Prazer, seu João, seja bem-vindo a esta CPI. Eu só quero complementar a sua fala, porque hoje a terceira atividade ilegal do País é a venda e o tráfico de animais silvestres. Quando a gente fala de uma CPI de animais, nós tínhamos que ter incluído os silvestres e equinos, porque hoje os cavalos também são usados inclusive em Jôquei, gerando dinheiro, e não deixam de ser animais. Então o senhor está de parabéns por levantar essa questão.

Eu vou, depois, no momento oportuno, sugerir ao presidente para que a nossa, uma nova CPI seja feita ou um complemento desta, para que a gente apure a parte dos equinos, a parte dos silvestres, e também dos gados, que apesar de não serem considerados

como um animal doméstico, e sim de consumo, mas a forma com que eles são transportados, os leilões de gados que hoje movimentam mais de 16 bilhões por ano, isso também é venda, a forma como esses animais são abatidos.

Enfim, tudo isso é muito mais amplo, a gente só falou até agora de pequeno porte, mas a gente vai, sim, tenho certeza que o presidente vai nos apoiar nisso, também entrar em outras esferas, porque é muito grande. Parabéns pelo seu posicionamento, porque realmente a venda ilegal e o tráfico de animais silvestres só perdem para o tráfico de drogas, para vocês terem uma ideia da gravidade.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Obrigado, deputada Adriana. A questão do tráfico de animais é seríssima e eu vejo, meu prisma, que um dos fatores contribuintes para nós diminuirmos ou até erradicados, fora a questão da regulamentação, seria através de criadores e também da coibição dessas pessoas.

Eu estive, durante algumas vezes, conversando com a Dra. Vânia Túlio, que esteve aqui, e a Dra. Vânia falava que quem trafica não só, quando é detido, sai praticamente no dia seguinte, como vira guardião daqueles animais que ele traficava, ela deve ter exposto isso. Eu acho que cabe também a gente rever alguma coisa em termos de legislação lá na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Antes de passar para mais perguntas, como a deputada comentou, eu gostaria de complementar: eu acho que é muito pertinente essa nova CPI – teria que ser uma nova CPI –, conte com a minha assinatura, o meu apoio. O foco desta, ele teve, vamos dizer assim, a gente deu abrangência, abriu para que todos os membros pudessem indicar pessoas, mas de fato o assunto pet acabou puxando bastante. Nesse assunto teve um pouco da Dra. Vânia, um pouco da Dra. Telma e um pouco da Polícia Ambiental e da Polícia Rodoviária Federal. Mas de fato foi uma passagem um pouco mais suave e eu concordo, assino em baixo, que seria essencial a gente aprofundar bastante. Esse assunto que nós estamos tratando, vamos colocar assim, do pet, é bastante complexo, mas esse merece uma atenção especial também.

Temos mais alguma pergunta? Deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Boa tarde, bem-vindo seu João. Eu gostaria, a gente está falando bastante de mercado e eu sei que existe uma preocupação de fato com esse mercado da venda dos animais, mas eu gostaria que a gente

voltasse um pouquinho, já que o Bruno já superou a questão da criminalização e eu já manifestei aqui o meu posicionamento pessoal, que a gente passasse para o debate sobre a vida e a saúde dos animais mercantilizados, já que a gente está falando de mercado, nas instituições. De onde eles vêm? Como eles são transportados? Como eles são cuidados no estabelecimento? Por quanto tempo ficam? Em caso de não ser vendido, o que o estabelecimento faz?

Eu estou sentindo falta de entender um pouco como é que dá, porque se a gente vai falar em um futuro, seja da proibição ou da regulamentação desse mercado tão bilionário etc., eu sinto falta de a gente falar um pouquinho sobre a qualidade de vida dos animais.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - O.k., obrigado, deputada Mônica. Eu posso falar dos poucos animais que nós comercializamos. Desde a nossa criação foi uma questão, eu não vou chamar de ética, porque é uma palavra que não cabe aqui, mas de uma vontade nossa de não trabalhar com gatos e cães. A partir desse momento nós abrimos as nossas áreas de vendas – começamos com uma, depois duas lojas – para ONGs que nós selecionamos, para que elas pudessem usar os espaços e aquele público que frequenta as nossas lojas para encaminhar aqueles animais abandonados. Bom, nesses praticamente 27 anos que existe esse espaço para doação, eu tenho orgulho de dizer que já foram mais de 25 animais adotados, isso registrado, e contribuímos demais com as protetoras e com essas ONGs que têm buscado esses animais ou na rua ou em criatórios que não têm condição de continuar funcionando.

Quanto a sua pergunta do mecanismo, hoje, o que nós fazemos: nós certificamos quem vai nos fornecer, por exemplo, um periquito australiano, essa certificação é feita constantemente, nós temos biólogos e veterinários na equipe, desde o transporte na loja até o recebimento, eles têm prioridade, depois existe uma, entre aspas, uma quarentena, e depois eles vão para a área de venda. O espaço onde ele fica é certificado do ponto de vista de bem-estar; existem as cortinas para respeitar a fotossensibilidade deles e o período de descanso, todo o equipamento que está ali, sejam brinquedos, tocas etc., são exatamente para criar esse bem-estar. Na hora da venda, a venda só é feita se quem está comprando tem condições; isso é enxergado pelo responsável pelo setor e preenchendo todos aqueles documentos que hoje são exigidos pelo Ibama. Nós temos um livro, um tipo de ata dessas vendas, enfim.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Mais alguma pergunta?

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Palavra, deputado Marcio Nakashima.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Primeiro eu quero me desculpar aqui por ter chegado atrasado, mas eu estava em atendimento lá no gabinete. Seu João, primeiro, seja bem-vindo a esta Casa de Leis, especificamente, e eu faço sempre a mesma pergunta: o nome da nossa CPI é CPI Venda de Animais, o senhor é contra – minha pergunta é bem objetiva –, o senhor é contra ou a favor da venda de animais?

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Eu sou a favor da venda de animais. Eu sou a favor da venda. Nós decidimos, por uma questão pessoal, como eu disse, não é ética, não trabalhar com cães e gatos, mas eu sou a favor e eu não poderia, diante da minha ótica, penalizar quem sobrevive disso. São pequenos pet shops que precisam desse comércio e eu acho que os senhores têm a nobre missão de regulamentar esse setor e colocar, vamos dizer, regras bem claras, que não dificultem, mas que levem ao bem-estar animal. Por isso então eu sou claramente a favor. Não conheço um outro país que esteja calcado, desenvolvido, que esteja calcado nessa proibição. Eu acho que ela é uma necessidade do ser humano, não em aferir o lucro, e sim em ter o animal. Se nós proibirmos – eu sei que o deputado Bruno vai me puxar a orelha daqui a pouco –, nós vamos criar o tráfico de animais.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Penso da mesma forma. Muito obrigado pela resposta. Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Eu que agradeço. Até, em relação a isso, eu queria colocar uma questão. Em respeito ao que a deputada Monica colocou, eu não falo em nome da CPI, mas de comentários que surgiram aqui. Até complementando o que o senhor falou, a percepção que nós temos é que temos canis clandestinos em uma situação deplorável e temos canis com boas condições. Se você proíbe de uma maneira bem, vamos dizer assim, radical, você acaba com os canis sérios,

mas você não acaba com os canis clandestinos. Ou seja, sob nenhum aspecto do que foi coletado aqui, realmente, faria sentido proibir. Regular sim, claro, fazer um trabalho no sentido de garantir o bem-estar animal, garantir que as coisas sejam bem organizadas e que, enfim, o mercado possa ver o bem-estar animal, até porque é evidente que quem compra o animal espera tudo, menos que esse animal seja produto de uma violência.

Então essa é a lógica, mas, como eu disse, é um comentário meu de outros comentários que eu peguei aqui, não estou, em respeito à deputada Monica, falando em nome da CPI. Mais alguma pergunta?

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Pela ordem, Sr. Presidente, só queria fazer uma pergunta pessoal: seu João, aqui foi dito que a exposição de animais de raça para venda causa uma compra impulsiva, foi comentado aqui nesta CPI. O senhor, apesar de não mais comercializar, como uma questão pessoal...

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Nunca.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Nunca comercializaram.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Nunca comercializamos.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - O senhor acha que uma adoção, ali no impulso, o que o senhor acha? Isso causa também, um cachorrinho ali exposto para doar, também não causa uma adoção por impulso?

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Poderia ser, por isso nós temos que cercar a adoção de vários cuidados, como uma entrevista; saber se é um lar estável, se quem está lá vai cuidar, tem condições. Não é uma criança que escolhe, nós não deixamos, quer dizer, as ONGs que trabalham conosco têm esse cuidado e nós fazemos questão de saber se quem está adotando tem condições de fazê-lo.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Isso então se aplica também para quem está comprando?

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - A mesma coisa.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - O.k., então não há...

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Não é brincado.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - O.k.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Vida não é brincado.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - O.k., é porque às vezes a gente ouve alguns posicionamentos de que a adoção é muito importante, a gente acha que é também, mas que ela não é por impulso. Então eu não vou lá, vejo um cachorrinho, me apaixono, assim como se criminaliza eu ir no pet shop, achar um cachorrinho, comprar, me apaixonar também...

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Ele não é entregue na hora, pelo menos pelas ONGs que trabalham conosco. Existe uma recorrência nessa visita, até que fique claro que é para valer e ele vai ser bem cuidado.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Então sempre o bom termo e o bom senso, não é?

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Sem dúvida.

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Deputado, o senhor me permiti só pegar carona em um comentário que ele acabou de fazer, pode ser? Só para não perder a sequência.

O senhor falou da questão de não ser entregue na hora, no caso das adoções, eu acho isso muito pertinente, o senhor acha que em uma regulamentação da venda essa regra também seria importante?

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Eu acho que é fundamental, desde que ela não engesse o processo. Tem que se buscar uma forma de conhecer qual é a família que vai receber aquela vida, acho isso fundamental.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Muito obrigado pela compreensão, deputado, a palavra é sua.

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Boa tarde a todos. Só para corroborar com o que o presidente falou, eu, como relator, tenho recebido, não às quintas-feiras, nós temos feito reuniões constantes com criadores e protetores, e nós estamos chegando a um bom termo. Convido os outros deputados que quiserem participar também, podem falar com nosso jurídico. Temos um avanço, acho que os ânimos deram uma acalmada e a gente está conseguindo ter um diálogo mais aberto agora para chegar a uma solução em prol dos animais e contra o crime de maus-tratos.

Nós avançamos, Mônica, para a criação de uma legislação, então eu queria que você participasse também com a sua visão. Eu deixo bem claro que uma coisa é a visão do Bruno delegado, e outra a do Bruno pessoa, porque eu sou contra a venda, mas aqui eu não posso ser leviano de ter toda a CPI, todos falarem aqui que são a favor da regulamentação, e eu como relator aqui ser leviano e fazer uma legislação contrária.

Então nós estamos caminhando, se vocês quiserem participar dessa legislação, ela está se baseando em uma legislação de Pernambuco com outras legislações de fora do País também, então vai ser importante a participação de todos para a gente enriquecer um pouco o debate também. Era essa a observação. Obrigado pelo posicionamento, não consegui, estava também recebendo um pessoal, mas obrigado aí pela presença e por ter trazido um pouquinho do conhecimento e do comércio também para esta CPI.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Deputado, só complementando: hoje eu sou a favor da venda. A gente evolui. Pode ser que no futuro esse meu posicionamento mude, por que não? Assim como nós já tivemos rinha – e muitos sabem aqui dos pitbull que eram costurados madrugada adentro em várias clínicas clandestinas em São Paulo – e essa prática, pelo que eu sei, não vou dizer que ela terminou, mas ela está coibida por uma legislação ambiental pesada e por repressão. Então, abrindo um pouquinho a discussão, da mesma forma como hoje eu estou expressando que eu sou a favor e não vejo nenhum

motivo para ser contrário à venda, pode ser que, a humanidade evolui, e hoje eu tenha um pensamento, vamos dizer, não tão evoluído assim, mas...

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - É, exatamente, eu acho que as conquistas nossas vão passo a passo, paulatinas, e nesse momento, até os próprios protetores têm conversado conosco e eles entendem também que essa legislação que nós estamos construindo vai ser pioneira aqui no estado de São Paulo e ela vai ser o primeiro passo para a proteção animal, junto com várias outras políticas públicas que, conforme a Mônica falou, a gente também não pode deixar de lado. Não adianta só falar de venda como se todo problema da causa animal fosse resolvido.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - ... Fosse a venda. Eu acho que é uma evolução natural. Tudo o que é imposto não dá certo. Eu acho que a sociedade, e os senhores estão aqui para legislar, é uma vontade da maioria. Regular aquilo que é uma vontade da maioria, mesmo, muitas vezes, sendo contrários a si próprios. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com a palavra, deputado Marcio Nakashima.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - O deputado Bruno Lima falou de que dia, quais são os dias que acontecem? Eu não participei ainda e gostaria de participar.

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Muito bom, nós estamos fazendo reuniões de segunda e terça-feira aqui à tarde. Então nós recebemos já grupos de protetores, de criadores, cada um tem, inclusive eu estou com um calhamaço aqui para estudar, deixo com vocês uma cópia depois. Eu vou passar o horário certinho. A gente está conseguindo avançar, eu acho que depois que, o que eu falei, as confusões aí, a gente sentou e falou: “Pessoal, a gente está caminhando pela via errada, vamos dialogar”, e a gente está indo agora pela via certa.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com a palavra, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Obrigada, Bruno. Eu gostaria sim muito de uma cópia. Só para explicitar: então são duas atividades diferentes e concomitantes. O objetivo desta CPI é verificar se há ilicitude, crime ou vista grossa do Estado em relação à venda dos animais e, concomitante a isso, na paralela – porque não é atribuição da CPI –, existem deputados se mobilizando para construir uma regulamentação. Certo?

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Não, na verdade o relatório está sendo elaborado de toda a CPI e os deputados da CPI, a ideia é que nós apresentemos um relatório e um Projeto de lei pela CPI. Então isso vai ser pela CPI, por isso que eu estou convidando para...

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Eu quero fazer parte da...

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Foi algo que foi discutido até nas primeiras reuniões. Eu quero até, só para se fazer justiça, para entender: a Isa era membra e teve uma substituição, foi essa a questão, então de fato a Monica não tinha essa...

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Isso, eu estou chegando na CPI recentemente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Não tinha essa informação ainda, mas foi uma coisa que foi discutida, que um dos objetivos da CPI seria a criação de uma legislação para regulamentar e foi neste momento que se usou a palavra “regulamentar”, não é, Bruno?

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Muito obrigada aos dois por explicitar. Gostaria sim de fazer parte, mas só um adendo: a gente tem aqui muitas coisas para lidar, uma das coisas é a saúde e o bem-estar dos animais; outras coisas

são as pessoas que economicamente, hoje, dependem da criação, da produção, enfim; e uma terceira é a gente ver qual é o nosso papel nisso tudo. Eu acho que uma coisa é a regulamentação, mas eu acho que outra coisa é cultural. A gente poderia ficar aqui debatendo culturalmente um monte de ponto de vista. Sobre o ponto de vista, por exemplo, de que o ser humano precisa ter um animal: precisa mesmo? Um animal que faz parte da família, que é amado, é um bem? É um bem de consumo? Raça é status?

A gente poderia debater aqui um monte de questão cultural, então eu acho que, para além da regulamentação da venda, a gente também queria sugerir aos colegas que a gente começasse a se debruçar sobre como é que a gente influencia essa mudança cultural. Existem muitas coisas que a gente pode fazer daqui, como campanhas e outros tipos de coisas pedagógicas, porque eu, pessoalmente, mas também como legisladora, acredito que a gente tem que caminhar para a não objetificação dos seres humanos e não humanos. É essa a posição do nosso mandato, mas isso é uma disputa, antes de mais nada, cultural, e tem que ser progressiva.

É nesse espírito de entender como é que a gente constrói esse caminho progressivo que a gente está aqui fazendo as perguntas sobre as realidades dos senhores, dos mercados dos senhores, para entender realmente como é que está esse lado, e o nosso posicionamento é esse. Quero deixar para a CPI também a sugestão de que a gente avance para além da regulamentação, na disputa cultural sobre a vida dos seres não humanos.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Deputada, é bem pertinente o que a senhora colocou e isso até foi parte da confusão, por quê? Porque desde 2013 eu faço campanha, como muitos outros: “Não compre, adote”. Já postei isso inúmeras vezes. É uma campanha, o que não quer dizer que eu seja a favor de proibir. O que eu entendo, estava até fazendo um desenho aqui na folha, é o seguinte: eu vejo no mercado pet duas grandes ameaças, eu acho que até quem é criador deve reconhecer essas duas grandes ameaças ao mercado, uma que é o fato de ter muitos animais abandonados, claro, a presença de animais abandonados acaba criando uma pressão social de falar: “Espera aí, enquanto temos animais abandonados, vamos comprar?”, esse é um fator. Do outro lado são os canis clandestinos que fazem um trabalho muito ruim e que acabam gerando violência. Se não existisse nem uma coisa nem a outra, talvez esta CPI, certamente esta CPI não existiria, porque não existiria nenhum tipo de, vamos dizer assim, pressão social em cima disso.

Então, dentro dessa lógica, o que eu sempre defendi e particularmente continuo defendendo é uma campanha: “Não compre, adote”, mas dando liberdade para as pessoas fazerem as suas escolhas, é a minha escolha, como o Delegado Bruno colocou. Isso não quer dizer que a minha posição seja por uma proibição. Esse é o ponto. Alguma pergunta mais? Então passar para suas... Vamos lá.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Não, pergunta não. Mas eu queria fazer só uma colocação aqui, que eu achei importante a fala da deputada Monica, e dizer o seguinte: aqui, o que eu entendi da fala de cada deputado, da opinião, de cada colocação, é que todos nós somos contrários a maus-tratos, todos nós somos contrários ao abandono, todos nós somos contrários aos canis clandestinos, ao tráfico de animais. O que a gente não pode é cometer, e o senhor fez uma fala que acho que foi bastante assertiva, presidente, de que, se não houvesse tantos animais abandonados, talvez não se levantaria a questão da venda do animal e talvez esta CPI nem existiria, mas eu sempre fui da opinião de que não se faz justiça cometendo injustiça.

Aqueles que trabalham, que produzem na cadeia de venda, que criam animais de forma regular e de forma dentro do bem-estar, dentro daquilo que é adequado, nós não podemos penalizar essas pessoas. Então eu realmente me senti... Quando eu vim para cá muito conversei com o Bruno Lima, muito conversei com o senhor também, presidente, porque não era uma causa da qual eu tinha conhecimento. Às vezes, muitas das minhas perguntas deixaram tanto o pessoal que cria animais e o pessoal que são protetores, “Poxa, mas que pergunta é essa?”.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - De que lado você está, não é?

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - De que lado o Marcio está, mas é porque realmente eu não conhecia. Hoje eu me aprofundei e conheci uma outra realidade, até porque eu tenho um animal que é comprado e outro cachorro que é adotado. Quem me conhece no meu dia a dia, lá tem o meu cachorro. A Lu está ali e sabe o trabalho que o cachorro que eu tenho me traz, mas assim, eu acho que é uma questão de escolha pessoal. A gente também não pode tirar até do consumidor e a gente tem que olhar a questão como um todo, o quanto essa cadeia produz, sobre quantos empregos nós estamos

também dizendo, no momento em que o Brasil passa por uma crise tremenda. O quanto as nossas ações aqui vão impactar isso economicamente também, enfim.

Para mim, eu saio desta CPI uma outra pessoa, vendo, conhecendo um mundo que eu nunca tive olhos para ele, mas a minha fala final é esta: eu acho que a gente não pode praticar justiça cometendo injustiça. Então parabéns a todos que aqui estiveram, eu acho que existiram momentos de ânimos bem exaltados, mas é na mais alta temperatura que se forja o aço, ali a gente sai com uma questão mais forte, e o que a gente precisa hoje unir são essas duas polarizações que tem, para que se unam e conversem, porque o que eu senti, dos dois lados, tanto dos criadores como dos protetores, é “Nós queremos o bem estar do animal”. Então vamos criar essa ponte e dialogar e que a gente saia daqui com resultados que sejam para quem realmente nós criamos esta CPI, que são os animais.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Perfeito, passo a palavra agora para o Sr. João, para que faça as suas considerações finais.

O SR. JOÃO URBANO NASSAR - Vou ser breve. É um orgulho estar aqui podendo contribuir com esta CPI e vendo pessoas com pensamentos tão diversos convergindo para algo que pode ser muito maior. O que me vem agora é assim: como eu desejo que lá no Congresso Nacional o clima fosse esse, de entendimento. É o que o Brasil está precisando e vamos pegar um denominador comum nessa história, com isso a gente só tende a crescer. Muito obrigado.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Parabéns, Sr. João.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Obrigado. Enfim, até interrompi a sua fala aquela hora, porque na prática todos nós... Não existiam dois lados, existia um lado só, que era o bem-estar animal. Quem, obviamente, estivesse contra isso, a CPI certamente está aqui para questionar, para cobrar etc. Aliás, eu queria fazer um registro na fala da deputada Monica antes de chamar a nossa terceira oitiva: além do Projeto de lei, nós recebemos inúmeras denúncias, um número enorme. Tivemos inclusive uma diligência, em que eu e o Delegado Bruno Lima estivemos. Agora, além da diligência, essas inúmeras denúncias seguiram também uma tramitação, acredito que estarão no relatório, irão para o Ministério Público etc., que é uma outra produção desta CPI.

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Exatamente, nós temos uma peça de investigação em nome da Polícia Civil, onde eles apontam ali, o Serviço de Inteligência da Polícia Civil, aponta uma série de criadores em situação irregular e em situação de maus-tratos. Como a CPI não teve o tempo necessário para realizar essas diligências, nós vamos estar encaminhando para as autoridades competentes para que eles deem encaminhamento, Delegacia do Meio Ambiente da capital, Delegacia do Meio Ambiente do Demacro também. Então vai ter prosseguimento os reflexos e os resultados da CPI.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com a palavra, acredito que primeiro a Adriana Borge e depois o Marcio Nakashima.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Primeiro as damas.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Antes de o senhor encerrar, eu queria fazer algumas considerações, assim que terminar as oitivas, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Ao término? Após a Petz é isso?

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Isso para a gente ouvir todo mundo.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Está bom. Deputado Marcio?

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Eu faço parte de outras CPIs e, assim, quando se fala em... Como eu disse, eu estou aqui aprendendo e aprendi bastante, mas eu estou aqui para cada vez mais entender e aprender e tentar evoluir, como o João, que acabou de sair, falou, fez a fala dele. Na questão do... Eu estou na CPI, Delegado Bruno, deputado, lá se tem da CPI do Táxi-Aéreo e lá tem uma questão que é a dificuldade que

é regulamentar a questão do táxi-aéreo. Então às vezes você tem uma aeronave zero, com poucas horas de... Ela é nova, comprada nova, e ela vai fazer um voo e, porque faz o voo cobrando, ela é irregular, e pior, nós temos um... Você tem uma empresa de táxi-aéreo e eu tenho essa aeronave nova, recém-comprada, zero, e eu alugo ela para você fazer o voo, atender os seus clientes, e esse voo também é considerado irregular, clandestino.

Assim, eu queria saber, e aí é uma pergunta direta para você, se existe essa mesma dificuldade na legalização dos canis? Se nós temos uma legislação que é muito restrita, que é muito difícil de cumprir as exigências para que um canil clandestino... Muito embora eles não tenham a regulamentação, todos os documentos, ele esteja tratando o animal bem, esteja seguindo todas as regras padrões... A legislação, como que funciona hoje isso?

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Na verdade, a princípio nós colhemos todo o material aqui da CPI e também estamos colhendo todo o conhecimento, tanto da parte, protetor e de criador. O projeto não começou ainda, o que independe que se projete uma regulamentação legislativa que tem uma consequência administrativa ou cível é o crime. Mesmo você regulamentando, se um canil não estiver regulamentado de uma forma administrativa ou cível ele vai estar cometendo um crime, entendeu? Então o crime está na Lei dos Crimes Ambientais e sempre vai estar caracterizado da mesma forma.

Da mesma forma que eu tinha dito e repito novamente: nós não começamos ainda. Nós temos material aqui para estudar e o doutor vai ter trabalho comigo aqui, a gente vai se debruçar dias e dias para tentar fazer de uma forma que também não limite ao extremo de uma rigidez que vai ser uma proibição disfarçada de regulamentação.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Mas hoje nós já temos uma legislação que versa sobre isso?

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Tem na...

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Isso dentro do Estado ou nós temos legislações municipais?

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Municipal.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Então cada Município tem as suas particularidades?

O SR. DELEGADO BRUNO LIMA - PSL - Isso, e a ideia é deixar de uma forma uniforme no Estado. Pernambuco é estadual e nós temos algumas esferas municipais, conforme... Até Santos que teve a proibição agora... está bom?

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - E só para lembrar, até dentro desse raciocínio, que nós fizemos um levantamento enquanto CPI, nós temos 28 – lógico, esse número é de quatro semanas atrás, talvez já tenha tido alguma atualização, espero que sim –, 28 canis registrados no CRMV e 1.967 canis com CNAE emitindo nota fiscal etc. Essa disparidade mostra que a gente precisa efetivamente organizar as coisas, para que, enfim, dá para garantir que um canil que não está registrado no CRMV comete maus-tratos? Não, não dá para afirmar isso. Certamente tem canis bons ou ruins, mas onde existe sombra, onde você não enxerga, onde não tem um órgão sério como o CRMV olhando e nem ninguém, é claro que a gente fica com o dever, enquanto CPI, de buscar clarear isso e garantir os bons-tratos, a boa organização da coisa.

Vamos passar agora para a oitiva dos representantes das lojas Petz. É a Valéria Pires Correia e a Talita Lozano, se as senhoras puderem vir para cá a gente viabiliza aqui uma cadeira. Agora, passando então a palavra para a Sra. Valéria Pires Correia, representando aqui as lojas Petz e, conforme combinado inicialmente, a senhora tem dez minutos para fazer a sua apresentação e na sequência abriremos para perguntas. Claro que, mais uma vez, é difícil controlar o tempo das perguntas, mas tentaremos focar em algo em torno de mais dez minutos. Fique à vontade.

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - Primeiro, muito obrigada pelo convite. Como disse o João, é uma honra a gente estar aqui representando o varejo, faço os meus cumprimentos ao deputado Bruno e aos demais deputados.

Eu sou diretora técnica da rede Petz, estou lá há 15 anos; a empresa tem 17 anos, eu praticamente coloquei os primeiros tijolos lá junto com o nosso CEO e, um pouquinho diferente aí da rede anterior que conversou aqui com vocês, nós sempre vendemos filhotes, vendemos outros animais e filhotes sempre foi uma bandeira muito forte nossa e

eu vou poder explicar para vocês o porquê e é ótima esta oportunidade para poder falar sobre isso.

Eu acho que o trabalho que a gente sempre fez na rede foi muito... Fazendo a parte que talvez o Governo – alguns aqui falaram hoje sobre isso – deveria fazer. A gente só... Infelizmente a deputada Monica foi embora, porque eu gostaria de explicar como é que a gente fazia. A gente tinha uma equipe técnica de veterinários e biólogos que visitavam os canis, nós tínhamos os nossos critérios técnicos. Eu sou veterinária formada há 28 anos, então, desde que eu entrei na empresa, para mim era muito séria essa parte de animal. Eu sou apaixonada, como vocês podem imaginar, por animais – sem raça, com raça, isso para mim é indiferente.

A gente sempre foi muito rigorosa em cima disso e por que a gente vendia? – que é um questionamento que sempre houve em cima da Petz, porque era uma grande diferença de outros pet shops grandes do varejo que não vendiam. A nossa filosofia sempre foi, desde que foi fundada a empresa, observar o mercado e ver algum diferencial e a gente viu claramente como era a venda de animais em pet shops menores ou na rua. Até hoje, infelizmente, acontece bastante, inclusive depois que a gente parou de vender os nossos filhotes, acontece nos estacionamentos das nossas lojas, o que é bem grave, e a gente sempre está policiando, mas a gente não tem poder de polícia. A gente só pode pedir para a pessoa sair ali do estacionamento.

Então eu acho que fica muito claro que existem leis, existe a Lei do triple, que regulamenta aqui no município de São Paulo, que é a que a gente seguia muito, porque ela é bem feita, tem, claro, coisas para aprimorar, mas todos os nossos animais saíam microchipados, esterilizados, castrados, legalmente castrados, controlados, desde a entrada lá do canil, desde a visita, até chegar em nossas lojas. Esse era um processo extremamente rigoroso e a gente fazia, aquilo que eu falei no começo, o papel que talvez o Governo, com certeza, talvez o Governo deveria fazer. Como não existia essa regulamentação, a gente foi fazendo para poder vender realmente o animal dentro do bem-estar animal, que é uma coisa que é o pilar principal da empresa hoje – hoje não, desde que foi fundada.

Só para ter uma ideia assim, que eu acho que a gente fala pouco aqui na CPI, eu assisti algumas outras e a Dra. Talita, que está comigo, também. A gente veio em uma das que estava mais quente aqui o clima, até fiquei muito feliz hoje que está mais tranquilo e fiquei muito feliz com o que eu ouvi aqui hoje, porque, desculpa deputado, diferente do que o senhor falou para a Mônica, eu tinha clareza de que a CPI era para a

proibição. E assim, inclusive no dia as duas promotoras falaram a opinião pessoal delas e a deputada Monica também falou a opinião pessoal. Claro, é pessoal, mas foi falado sobre a proibição e a mídia fica falando sobre isso o tempo todo. Fico feliz em saber que a gente está por outro caminho, que é a regulamentação, porque eu acho que é isso que tem que acontecer, a regulamentação é o caminho certo, é o correto, não tenho dúvida nenhuma.

Hoje, por exemplo, para a gente ter um pet shop regular e vender animais – eu até trouxe escrito, porque é muita licença –, a gente precisa da certificação do CRMV, que é um órgão fiscalizador do médico veterinário; aí a gente tem que ter o RT responsável pela loja; a licença do Ibama, se eu quiser vender um animal silvestre dentro da lei; a licença da SEFAU, que é estadual; a licença do Ecoav, que eu acho que poucos têm, que é a licença para vender peixes; a licença do MAPA para vender produtos veterinários, que não tem a ver com a CPI aqui, e a Vigilância Sanitária, entre outros. Isso eu estou falando só mais relacionado à venda de animais.

Então para se estabelecer e abrir um pet shop no nosso País, tem várias licenças, tem várias leis que a gente tem que cumprir, só que não tem fiscalização, ou melhor, eu diria que não é que não tem fiscalização, tem fiscalização das grandes redes. A gente recebe – tenho certeza que a Cobasi também recebe o tempo todo lá – um fiscal olhando os nossos estabelecimentos, mas eu acho que no momento a gente não está conseguindo fazer isso de uma forma mais ampla aqui no nosso País, e é isso que está faltando. Eu acho que, com certeza, a proibição seria o caminho errado. Eu sei que não é o papel aqui da CPI, mas eu quero deixar a minha opinião não só pessoal, como veterinária, como minha profissão.

Um pouco diferente do pensamento da deputada, eu acho que o ser humano precisa muito da presença de um animal, não é pouco, senão os psicólogos vão começar a ganhar muito mais dinheiro, porque realmente eles precisam desse acompanhamento. Tem indicações, tem crianças autistas, tem vários vídeos na internet mostrando a importância de um animal na vida de um ser humano. Eu trabalho, como eu disse, há 28 anos com isso e tenho histórias lindas sobre pessoas que mudaram, que deixaram, muitas vezes, de pensar em coisas piores por causa de um animal que estava ao lado delas. Então não tenho dúvida de que a gente precisa regulamentar esse setor, fiscalizar – que é o mais importante, porque lei já existe, só não existe fiscalização – e estar ao lado do Governo.

A gente, como empresa, eu até me coloco à disposição, deputado Bruno, de participar na regulamentação, porque como a gente fez isso durante 16 anos, a gente tem muito conteúdo sobre isso. Tem vários conteúdos sobre como deve ser o estabelecimento,

onde o animal tem que ficar, o que é bem-estar animal. Se eu perguntar aqui na sala, todo mundo é em prol do animal, mas se eu perguntar o que que é bem-estar animal a gente vai ouvir um pouco de tudo, mas fundamentalmente são cinco fatores que fazem o bem-estar animal, que com certeza o deputado Bruno, que está aqui, deve conhecê-los bem. A gente precisa fazer com que isso aconteça dentro das lojas, dos estabelecimentos e do canil que vendem esses animais.

A nossa empresa visitou vários canis e, dentro dos nossos critérios, alguns passaram. Eu não tenho dúvida de que vai surgir aqui a pergunta – porque a Petz apareceu na mídia bastante – “Então por que vocês pararam de vender animais?”. Essa pergunta vai surgir, então já vou responder para a gente se adiantar um pouquinho aqui: a gente, se eu não estiver estourando o meu tempo, deputado.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Tem ainda mais três minutos.

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - Então dá para responder, apesar de que essa saga é bem maior do que três minutos, mas eu vou já dar um resumo da história. Diferente do que muitos acham, a gente não parou de vender animais por causa dos ativistas, isso é uma fake news, isso não é verdade. Aconteceu realmente um problema no canil que a gente visitava e tinha sido visitado três meses antes... Desculpa, um mês antes do que aconteceu – aconteceu em fevereiro e em dezembro a gente tinha estado lá.

A gente, assim como o CRMV – que fique claro, o CRMV também esteve lá com um fiscal e não viu nada errado, porque o que nos foi apresentado estava certo. O problema é que provavelmente tinha uma área que a gente não foi. Até, na época, a gente pediu para poder conhecer essa área, mas não foi permitido. Deveria ter uma área que a gente não visitou no terreno ao lado, se é que aconteceu, eu realmente não consegui saber na época, porque a gente perguntava, perguntava, para os ativistas e a gente sempre foi bloqueado em saber mais detalhes.

Em função do que aconteceu na mídia e muito mais em função do que dentro da empresa já estava se falando no grupo de diretoria – nós temos um fundo americano por trás, como todos sabem –, a gente falava muito já – a longo prazo, não a curtíssimo, como aconteceu – em realmente parar de vender animais, mas não por causa de ser contra, a Petz não é contra. De vez em quando sai por aí a fake news de que a Petz é contra vender

animais, isso é bobagem, gente, isso não é real, nós somos a favor de vender animais dentro da regulamentação. Ah, então por que a gente parou? Porque em dado momento a gente começou a perceber que o cão e o gato, diferentemente dos outros animais, são vistos hoje pelas pessoas como humanos.

Houve uma humanização muito grande. Então, quando a gente começou a observar os nossos clientes se incomodarem de olhar no recinto, na vitrine, um filhotinho e falarem: “Ai que judiação”, a gente começou a ouvir muito, clientes muito... Ninguém falava isso para os peixes, ninguém falava isso para as aves, ninguém falava isso para os roedores, era muito focado no cão e gato, que são os animais que estão mais próximos do ser humano. Em função disso, em função da humanização, a gente observou que, com tudo o que estava acontecendo na mídia também, a gente teria que dar uma resposta rápida aos nossos clientes, e não aos ativistas. A resposta foi dada, a gente parou de vender os animais e fizemos um projeto lindo em função disso, porque a gente acredita na presença do animal na vida das pessoas, que é o projeto Adote Petz, que acho que alguns de vocês devem conhecer.

Todos os nossos recintos hoje têm animais para doação. A gente trabalha com mais de 100 ONGs hoje, que nós temos 96 lojas, então a gente tem 100 ONGs trabalhando conosco. Também a gente vai atrás e regulamenta e também a gente tem várias ONGs que a gente reprova dentro dos nossos critérios, aqueles que se mascaram como protetores de animais e na hora que você vai lá dentro da casa deles, primeiro que muitos nem deixam a gente conhecer, e alguns a gente vai lá dentro da casa deles e a gente vê maus-tratos ali, maus-tratos bem piores do que eu já vi dentro de canil, porque canil a gente tem uma fonte econômica que pode nos ajudar e as pessoas precisam ser muitas vezes o quê? Informadas de como... Quantas vezes a gente sentou com o criador e falou: “Olha, é melhor você criar assim, assim, assim, assim...”, e o criador: “Nossa, eu não sabia nada disso, que legal!” e modificava toda a criação deles.

Então o nosso papel era de realmente ajudar os criadores a ficarem mais dentro do que a gente acredita como critério, que seria o papel do Governo que não acontece. Só para encerrar, para não ir um pouco além aí do horário, para nós não importa – para mim pessoalmente também – se o animal é adotado ou se ele é comprado, o que importa para o médico veterinário – acho que eu posso falar aqui, provavelmente, pela classe ou por uma boa maioria da classe – é que esse animal seja bem tratado, que ele esteja dentro do bem-estar animal, independentemente se ele foi comprado ou se ele foi adotado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Obrigado. Passamos agora para perguntas. Algum comentário?

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Só falar para o pessoal da Petz e da Cobasi parar de ser tão fofo, porque a gente entra lá e sai...

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - Ah, que bom, fico feliz. Isso é muito bom.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - E para dizer também – pela ordem, Sr. Presidente –, para dizer também, eu faço sempre a mesma pergunta, mas a minha pergunta a senhora já esvaziou dizendo que...

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - É melhor, não é? Sou a favor.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Minha pergunta seria exatamente essa.

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - Sou a favor como médica veterinária e como empresa também, representando a empresa a gente é a favor da venda dos animais com regulamentação e fiscalização.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT – Bacana.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Só fazendo um comentário do que a senhora colocou: de fato nós tivemos convidados aqui, a Dra. Vânia e Dra. Telma, que expressaram – eu me lembro bem da fala –, elas expressaram que são pessoalmente contrárias, aliás, a favor da proibição. Porém, como promotoras – promotora e procuradora, respectivamente – são favoráveis à regulamentação. Então é dentro dessa lógica que a gente está buscando criar um consenso. Qual vai ser a nossa vitória aqui, na minha compreensão: se, com aquilo que a CPI puder produzir, a gente conseguir evitar maus-tratos. Infelizmente zerar nunca vai acontecer; como em todas as atividades, acaba acontecendo, mas a gente tem que criar leis para minimizar ao extremo e, se isso acontecer, conseguimos melhorar. Do contrário tudo estaria perdido.

Eu queria passar para as considerações finais então.

A SRA. VALÉRIA PIRES CORREIA - Eu acho que, vindo ao encontro do que o deputado está falando, eu sei que é um árduo trabalho aqui da Casa, por isso que, até se pudermos ajudar em alguma coisa, ficamos à disposição, porque não vai ser fácil. Talvez a gente tenha que entrar primeiro com uma lei mais rigorosa do que a que existe hoje, porque hoje a lei é boa, mas ela permite... Elas não são muito claras, as leis que existem. Eu acho que tem que ter um aparato muito forte de um técnico, de um médico veterinário, ajudando na construção, porque... Tudo bem, eu estou defendendo a minha classe, mas eu acredito que ninguém mais do que um médico veterinário possa dar quais são as diretrizes de um bem-estar animal.

Tem um monte de médico veterinário trabalhando em ONG, até a Dra. Rosângela, que aqui esteve, da associação Word Animal... Não me lembro o nome direitinho. Ela é uma pessoa sensacional que pode ajudar bastante na construção dessas diretrizes e que a gente não, assim, a gente tem que achar algum mecanismo dentro do Governo. Por que o governo não fiscaliza, já que existe a lei? Por falta financeira – deve ser isso, eu acredito, não sou especialista, como os senhores aqui, em leis, mas com certeza é na parte financeira. Talvez se a gente fizer algum mecanismo nesse sentido, e eu não sei se todo mundo sabe aqui que o imposto de venda de um animal é de 27,5%, o maior imposto que existe aí. Se esse dinheiro que a gente paga – se vendesse legalmente, todo mundo com nota fiscal –, fosse usado para a fiscalização, se esse imposto que a gente paga realmente fosse usado para fiscalizar esses animais, a gente estaria, provavelmente, no mundo ideal de poder vender, como outros países fazem, e com certeza os maus-tratos, infelizmente, sempre vão existir.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Bom, para registrar aqui uma situação também... Primeiro agradecer a participação das senhoras, obrigado. Antes de passar para a deputada Adriana Borgo, que solicitou a palavra ao final das oitavas, eu queria registrar aqui que os representantes do portal de vendas OLX, portal de vendas MercadoLivre e Zip Anúncios não têm nenhum representante aqui, correto? É, só para confirmar. A nossa assessoria já tinha feito esse levantamento e nenhum deles esteve presente.

O que eu queria registrar é que a gente tem aqui inúmeras denúncias – acho que é onde a gente mais recebe denúncias, não é, Bruno? – de vendas nesses portais que, muitas

vezes, como controlar se é um canil sério, se é um fundo de quintal, se é um fundo de quintal humanizado, se é um fundo de quintal, enfim, carnicheiro – me perdoem, mas enfim, isso existe –, como separar esse joio do trigo? É difícil e é lamentável que nenhum deles compareceu. Nós teríamos aí muitos questionamentos a fazer e teremos outros meios para fazê-los, porque aqui mesmo é só um exemplo de uma denúncia, tem dezenas de outras.

Agora eu passo para a deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORGO - PROS - Obrigada, presidente. Na verdade eu vou falar de alguns assuntos, mas o primeiro que eu vou dirigir a esta CPI é, fugindo um pouco do tema de vendas, mas é um apelo. Nas redes sociais – e eu peço aqui, de todo o meu coração, que senhores que têm contato com a Luisa Mell façam chegar esse meu pedido, em nome de muitas pessoas que estão comovidas nas redes e principalmente em nome de um menininho de 13 anos.

Houve uma... Não sei como é que a gente chama, mas uma abordagem, uma batida em um canil, e alguns cachorros foram apreendidos. Existia um cachorro – que é um Galgo Russo, raça bastante exótica – que pertence a um menino que tem autismo e transtornos psicológicos – na casa, ele estava na casa – e essa ONG que foi abordar e tirar os cachorros de lá tirou esse cachorro dessa criança. Essa criança está com febre, está com problemas de crises de distúrbio, porque o cachorro foi criado com ele, e o laudo que diz que ele estava com maus-tratos – porque ele é um cachorro muito magro, a raça dele já é uma raça magra – foi feito quatro dias depois. Os veterinários que acompanhavam o canil disseram que o cachorro estava em ordem.

Então é um apelo para que, se ela estiver de posse desse cachorro – e não digo dos outros, mas esse cachorro em especial –, que ele seja devolvido para a criança, porque nós temos que ser, antes de tudo, humanos. Talvez, se realmente ele precisar de algum cuidado médico, a gente disponha aqui, disponibilize todo o cuidado que ele precisar, através dos veterinários, para que o cachorro seja acompanhado, mas que devolva esse cachorro para essa criança. Se vocês estiverem em contato com a Luisa Mell, peço para vocês fazerem isso.

Eu fui em um canil, deputado, e eu gostaria de passar um videozinho do canil que eu visitei na segunda-feira.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Não deu para resistir e aí acabou vindo a Cloe, mas o nome dela é Foguetinha.

Bom, quando a gente tem um filho... Nós recebemos um formulário amarelinho para a gente registrar aquele filho que é nosso, é humano. Então queria só deixar aqui registrado como é importante a gente valorizar os bons canis.

Olha, gente, certificado de Pedigree, já sai com ele, todas as vacinas da Foguetinha em dia, vermifugada, bonitinha; sai com o certificado de chipagem dela, já registrado no meu nome; sai com o contrato de compra e venda do bicho; sai com o comprovante do meu cartão, porque eu paguei em algumas vezes o cachorro, e uma nota fiscal. Então nós não podemos generalizar que todos os criadores são ruins, tem muita gente boa. Também dizer que esse canil, especificamente, não faz parte do CRMV, mas... Sinceramente, foi um dos melhores lugares que eu já visitei. Então essa obrigatoriedade, nós temos que rever qual é a competência de cada um, eu acho que... Eu volto a dizer: o meio-termo, tanto para as boas ONGs e também para os bons criadores.

O último assunto que eu queria dizer é referente ao item 2 aqui da nossa ciência da pauta. No dia... Agora em setembro – deixa eu ver qual dia exatamente que aconteceu –, no dia 6, pela manhã, o senhor e o Delegado Bruno, deputado Bruno, estiveram em uma... Também um canil clandestino, retirando animais. Os senhores chamaram a perícia e esses animais foram retirados de lá, foram levados, e a gente não sabe a origem, se foram doados ou o que aconteceu. Aí nós tivemos hoje, pela manhã, o acesso ao laudo pericial, onde foi constatado por vários peritos que não havia nenhuma irregularidade – inclusive com fotos, dizendo que estava tudo certinho, tudo bonitinho.

Eu não sou advogada, mas assim, eu queria sinceramente que os senhores revissem esse posicionamento – vou entregar em mãos para o senhor – para que esses animais fossem devolvidos ao dono, porque não houve constatação aqui e, mesmo que tivessem maltratados ou com algum tipo de doença, eles teriam que ficar em quarentena. Os proprietários estão desesperados para requerer os animais de novo, porque alguns eram de estimação mesmo, pessoais, então faço esse pedido para que vocês analisem esse caso com carinho.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - O.k., deputada... obrigado. Bom, vamos lá, foram três itens que a senhora falou: primeiro item, Luisa Mell; segundo, visita ao canil; terceiro, São Bernardo do Campo. Vamos lá, com relação a Luisa, eu não sei se a informação que a senhora registrou aqui pode ser encaminhada oficialmente pela CPI ou tem que ser de outra maneira, mas podemos...

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - É um pedido... Lado humano, não é?

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Sim. Podemos fazê-lo, enfim, os meios adequados para que se chegue. Com relação à visita, o que eu gostaria de pedir para a senhora – claro que acredito que esses registros, imagens e tal já fazem parte da CPI –, se pudesse, que a gente colocasse no relatório final, inclusive com as documentações que a senhora colheu, até porque daí podem surgir ideias para o Projeto de lei, para que a gente possa cobrar coisas que eventualmente até o próprio CRMV não está cobrando e entender por que tem aqueles que estão e os que não estão. Há uma grande discussão em relação a isso, como eu até havia dito anteriormente. Se nós temos 28 que estão registrados, dos 1.977, os que não estão registrados a gente tem ignorância – nós, nós “sociedade”, ignoramos. A ignorância faz com que a gente não consiga separar o joio do trigo e o que é, como a senhora está relatando aqui, bom, daquilo que é ruim.

Além dos 1.977, existem os clandestinos, como esse que foi colocado aqui em São Bernardo do Campo em uma condição que, na minha concepção, é deplorável. Agora, o que foi colocado aqui, o que eu registrei aqui no início, é que todas as informações... O pedido foi encaminhado para a Procuradoria da Casa e aquilo que estiver dentro da norma, aquilo que a norma determinar, será feito. Quem acompanhou a diligência foi, tínhamos, tinha uma médica veterinária ali. O laudo foi feito... Existe um laudo da médica veterinária atestando sobre a questão do bem-estar animal e existe um laudo pericial feito por um cidadão que é engenheiro, em que ele analisa a questão física.

Tanto a questão física, quanto a questão, vamos dizer, biológica são importantes. A questão física, de estar pericialmente adequado – eu não vou entrar no mérito, até porque eu não sou juiz –, é uma questão que foi colocada aí. Existe a questão biológica, que é uma outra questão. Está à disposição da Procuradoria da Casa e certamente é uma questão judicial. Nós não somos, enquanto CPI, fiéis depositários, então isso é uma decisão que, qual for tomada, a CPI respeita, seja de manter ou seja de não manter. Não

é uma decisão nossa, mas sim do poder Judiciário, e eu entendo que o poder judiciário tem elementos para analisar e tomar a sua decisão e terá o nosso respeito.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Mas presidente, se esses cachorros já foram doados, como é que... São muito rápidas as doações e não poderiam ser doados até que se verificasse nos órgãos competentes da Justiça.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Eu vou registrar novamente: existe uma fiel depositária, ela é a responsável legal pelos animais e ela responde à Justiça. Se a Justiça determinar que ela devolva, ela que tem que devolver; se a Justiça determinar que não devolva, ela que não devolva. É uma questão dela com o poder Judiciário. A CPI fez o acompanhamento, esteve lá e tudo está registrado, até para que a Procuradoria da Casa possa acompanhar, mas é essa a questão, entendeu? Não é uma decisão nossa.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Só fazendo um pedido, reiterando: o Art. 34 do Regimento, parágrafo III, diz que todos os deputados da CPI deverão acompanhar as diligências. Aqui foi acordado que, no caso de emergência, não precisaria, mas nós temos um grupo de WhatsApp onde são comunicadas as ações para que quem quiser possa participar; eu e o deputado Marcio gostaríamos muito de estar presentes nos próximos, chame a gente para participar também, até mesmo por um aprendizado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Perfeito. Nesta foi registrado também, dentro da urgência da situação, foi registrado exatamente no grupo de WhatsApp, conforme um requerimento. Já tinha um requerimento aqui na Casa para que o procedimento fosse esse e seguimos o procedimento da maneira como havia sido estipulado no requerimento aprovado por unanimidade aqui nesta CPI. Sem dúvida alguma, eventuais diligências que ocorrerem seguirão o procedimento aqui acordado e, se for de interesse de alguém ou de todos alterar esse procedimento, os senhores podem propor um requerimento de alteração, que será, logicamente, votado aqui, aprovado ou não, mas o procedimento ele foi devidamente consensuado – não sei se existe essa palavra.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Só não deixa de convidar a gente no Zap.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com certeza, assim como fizemos naquela ocasião faremos sempre.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Com a palavra, deputado Marcio Nakashima.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Duas questões: primeiro, queria parabenizar a deputada por ter ido até lá, ter colhido esse material e reforçar esse apelo dessa criança que, poxa, como falei hoje, eu tenho o meu animalzinho lá e esses dias ele fugiu, fizemos cartaz lá de desaparecido até encontrá-lo. Foi questão de uns 40 minutos que ele... Eu não sei o que acontece com ele, mas ele pulou de um muro mais alto do que essa TV e fugiu. Enfim, eu sei como eu, por 40 minutos, o quanto fiquei angustiado lá para poder encontrá-lo, imagina uma criança e uma criança que tem problemas de saúde.

Uma outra questão, Sr. Presidente, queria até verificar aí – porque o deputado José Américo saiu, o deputado Bruno Lima também se ausentou, a deputada Monica – se os atos desta reunião, desta sessão, vão ser validados, porque acho que o quórum caiu, não é? Como é que...?

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Para efeito de deliberação. Então nenhuma deliberação poderia ser feita após a queda, até a queda, o.k. Porém, deixa eu até... Bom, o quórum conta a partir da abertura, mas ainda que caísse... O.k., vamos lá, temos duas orientações jurídicas aqui, eu vou respeitar a pessoa que está aqui na Casa há mais tempo.

O quórum caiu, certo? O quórum caiu, isso foi no meio da reunião. Se tivéssemos alguma deliberação posterior, ela estaria, sem dúvida alguma, prejudicada. Porém, a reunião inteira não teve nenhuma deliberação, então para efeito prático não tem nenhuma questão. Poderia assim, por exemplo: a fala da Adriana Borgo foi feita após a queda do quórum, enfim, o que nós entendemos? Que poderíamos não colocar, mas eu acho muito salutar e, se tiver acordo de todos, colocar as falas da Adriana Borgo, colocar as falas do senhor, colocar as minhas, até porque tem um...

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Exatamente, porque o que nós estamos falando aqui, creio eu, deve estar sendo transmitido pelas múltiplas plataformas da TV Alesp e de repente tudo isso não tem... Não produza valor jurídico posterior, não produza os efeitos desta Comissão. Até gostaria, se for de acordo com o senhor e com o censo aqui da deputada, porque somos nós três que estamos aqui na CPI, se pode, tudo isso posterior a queda do quórum, ser considerado válido para efeito dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Tudo permaneceu gravado e caberá ao nosso relator, Delegado Bruno Lima, incluir ou não. O nosso pedido é para que inclua. Tivemos uma outra reunião que foi feita inteiramente sem o quórum, uma oitiva, e houve, naquele momento, a ocasião de que poderia ser registrado. Eu não vejo nenhum problema nisso, a gente até comentou aqui da importância de colocar a visita e, quando for passar essas informações, o nome do canil, todos os dados certinhos. Seria importante que fique registrado. O registro físico, a gravação não parou, ou seja, está tudo devidamente registrado para fins de que o deputado possa colocar no seu relatório.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Deputado, presidente, só para terminar a minha fala, queria fazer um comentário sobre o CRMV, sobre as atribuições dele. Quando a gente fala que ele tem que ser, que a gente obriga o canil a ser registrado nele, existe a lei 5.517, uma lei federal que engloba e especifica o que é que o CRMV fiscaliza e os criadores não estão inclusos. Isso custa para o criador cerca de 1.800 reais por ano. Então o veterinário que presta está inscrito no CRMV, senão ele não tem o... Mas o canil, não.

Então, só para a gente rever, pensar, deixar como sugestão aqui na hora de fazer o Projeto que a gente reveja isso, porque talvez a burocracia dos canis hoje exigida... Quando a amiga da Petz falou do que é exigido para se ter uma empresa, a mesma coisa, em proporções menores, é solicitada para os pequenos criadores. Isso custa e às vezes ele não tem nem acesso a esse tipo de documentação, são pessoas simples. Então, se nós simplificarmos, sem deixar de ter a lei, mas que a gente consiga colocar um conjunto de regulamentação em que todo mundo possa estar cadastrado e assim possibilitar a nossa fiscalização e a fiscalização dos órgãos, eu acho que seria importante, e rever essa questão de os canis terem que estar subordinados ao CRMV. Eu não consegui encontrar na lei algo onde especifique que os canis são subordinados, só para constar.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Perfeito. Eu entendo que a lei que nós faremos pode e deve inclusive colocar a luz nessa questão se deve, se não deve, de que forma, e o.k. se de repente a gente explicita – lógico, se isso estiver dentro das nossas atribuições... Suponha que a gente possa, nas nossas atribuições, afirmar que não é necessário estar ligado ao CRMV. É uma hipótese. Dentro dessa hipótese a gente vai – claro, se a gente tiver essa possibilidade – deixar claro ou evidentemente o oposto. Ao mesmo tempo, dentro das normas do CRMV, pelo que a gente andou estudando, tem coisas boas que podem eventualmente vir para lei sem que haja a necessidade de estar no CRMV. Isso vai ser um acordo da gente aqui, daquilo que a gente entender como mais prático, voltando ao objetivo da CPI: minimizar maus-tratos. Esse é o nosso objetivo. Dentro disso vamos caminhar bem.

A SRA. ADRIANA BORGIO - PROS - Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO GANEM - PODE - Perfeito. Bom, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *